

Relatório 3º TRI 2026

DIECGC



AGRESPI

Agência de Regulação dos
Serviços Públicos Delegados do Piauí

**Com Regulação,
o Piauí Avança!**

Rafael Tajra Fonteles
GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

**AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS
PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ**

Thaís de Aragão Oliveira Araripe Palmeira Dias
DIRETORA - GERAL

Estela Miridan Rosas
**DIRETORA DE SANEAMENTO TRANSPORTE E
INFRAESTRUTURA**

Dionatas Rayron da Silva Alves
**DIRETOR DE ENERGIA, COMUNICAÇÃO E GÁS
CANALIZADO**

Darcy Siqueira Albuquerque Júnior
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Alice Pompeu Viana
OUVIDORA

ELABORADO POR:
Gerência de Energia - DIECGC

CONTRIBUIÇÃO VISUAL E FOTOGRÁFICA:
Isadora Nascimento Pereira de Sousa
GERENTE DE COMUNICAÇÃO

SETEMBRO/2026



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	04
2. INTRODUÇÃO	05
3. PLANEJAMENTO E DESEMPENHO	06
4. AÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO EXTERNA	10
5. CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPE	15
6. FISCALIZAÇÕES REALIZADAS	18
7. TRATATIVAS DE OUVIDORIA/SMA	22
8. ENTREGAS E PRODUÇÕES TÉCNICAS	24
9. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS	32

1. APRESENTAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR

“Os resultados do 3º trimestre de 2026 da Diretoria de Energia, Comunicação e Gás Canalizado refletem uma atuação cada vez mais integrada, técnica e estratégica, com avanços na fiscalização, na agenda regulatória e no acompanhamento dos setores regulados. Ao longo do período, a equipe ampliou a articulação com a ANEEL e demais agentes do setor, avançou na estruturação de instrumentos regulatórios, desenvolveu estudos e relatórios técnicos e fortaleceu o monitoramento das atividades sob responsabilidade da Diretoria. Também se destacam as ações voltadas ao aprimoramento da fiscalização, à análise de riscos, à transparência e à capacitação técnica da equipe, além da participação em reuniões, visitas técnicas e atividades de integração institucional.

Esses resultados expressam a forte atuação e o comprometimento de toda a equipe. A dedicação, a capacidade técnica e o espírito colaborativo demonstrados ao longo do trimestre foram fundamentais para a entrega dos resultados e para o fortalecimento da atuação da Diretoria. Seguimos avançando, com responsabilidade e compromisso, na busca pelo aprimoramento contínuo da regulação e pela excelência das atividades desenvolvidas.”

– **Dionatas Rayron**

TIME DIECGC



2. INTRODUÇÃO

MISSÃO E IDENTIDADE INSTITUCIONAL

O presente relatório reúne as ações desenvolvidas ao longo do terceiro trimestre do ano de 2026 pela Diretoria de Energia, Comunicação e Gás Canalizado da AGRESPI, sob a liderança do Diretor, Dionatas Rayron. Este documento dá sequência ao Plano de Gestão Anual 2026, aprofundando os avanços conquistados em cada área de atuação da Diretoria e reafirmando os pilares de uma gestão orientada pelo planejamento estratégico, articulação institucional, escuta ativa e fortalecimento regulatório.

A Diretoria de Energia, Comunicação e Gás Canalizado, DIECGC, é a unidade responsável pela regulação e fiscalização dos segmentos de energia elétrica, telecomunicações, gás canalizado e mineração.

SETORES DA DIRETORIA

A DIECGC é composta por uma equipe multidisciplinar organizada em três gerências temáticas e suas respectivas coordenações, abrangendo as frentes de fiscalização técnica, regulação econômica e relações de consumo, mineração e gás. A estrutura foi concebida para garantir cobertura ampla dos setores regulados e permitir atuação integrada entre as diferentes frentes de trabalho.

Dionatas
Alves



DIRETORIA DE ENERGIA,
COMUNICAÇÃO E GÁS CANALIZADO

José
Neto



GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
TÉCNICA E PADRÕES DE SERVIÇOS

Lana
Érica



GERÊNCIA DE APOIO À REGULAÇÃO
ECONÔMICA E RELAÇÕES DE CONSUMO

Laécio
Cerqueira



GERÊNCIA DE
MINERAÇÃO E GÁS

Samuel
Leal



COORDENAÇÃO DE
FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E
PADRÕES DE SERVIÇOS

Tatyane
Mityko



COORDENAÇÃO DE APOIO À
REGULAÇÃO E RELAÇÕES DE
CONSUMO

Bárbara
Silveira



COORDENAÇÃO DE GESTÃO
TARIFÁRIA E REGULAÇÃO
ECONÔMICA

Yanna
Milanez



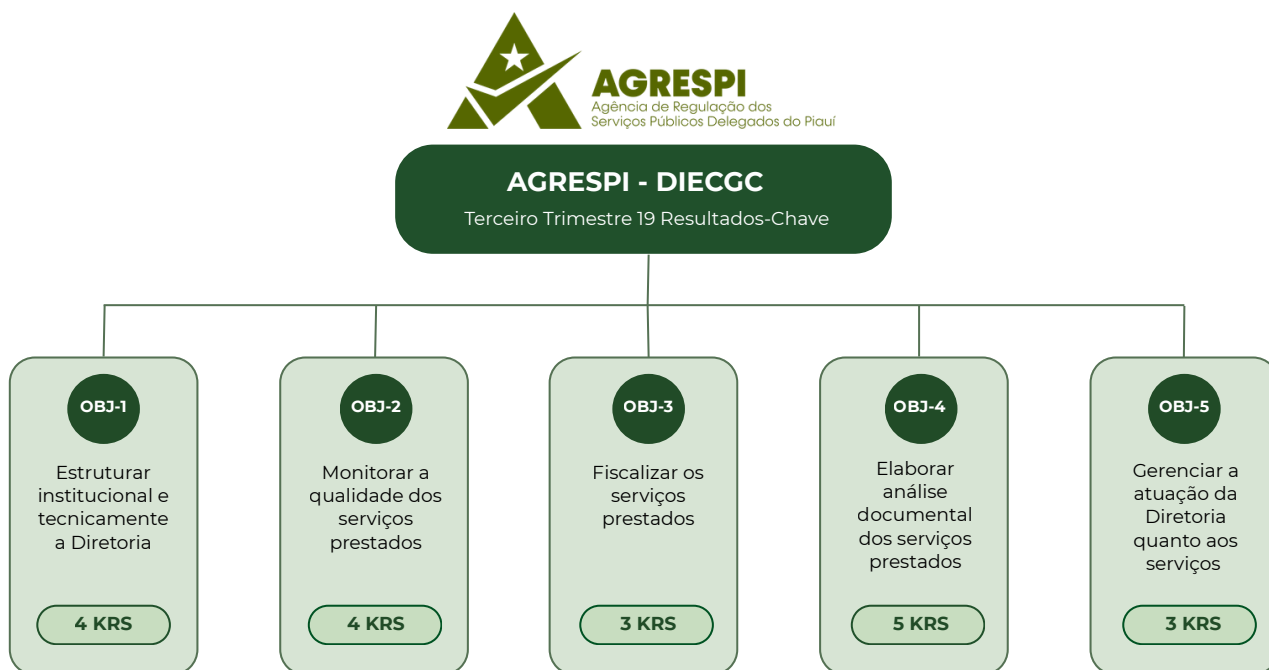
COORDENAÇÃO DE
MINERAÇÃO E PETRÓLEO

A integração entre as gerências é operacionalizada por meio de reuniões periódicas de diretoria e gerências (N5 e N6), com datas e conteúdos formalmente registrados em atas, garantindo o alinhamento das equipes, o monitoramento das prioridades institucionais e a rastreabilidade das deliberações. No terceiro trimestre de 2026, foram realizadas **17** reuniões de alinhamento, consolidando o ritmo de governança interna da Diretoria.

3. PLANEJAMENTO E DESEMPENHO

O Plano de Gestão Anual (PGA) e a Agenda Regulatória da Diretoria DIECGC para o exercício de 2026 estruturaram-se em quatro eixos temáticos - Energia, Gás Canalizado, Mineração e Telecomunicações, com entregas orientadas pelas frentes de fiscalização, monitoramento e apoio à regulação. As principais linhas de ação envolvem a consolidação do **Contrato de Metas com a ANEEL**, o monitoramento de indicadores setoriais nos segmentos de energia e telecomunicações, a análise do mercado de gás canalizado e o **acompanhamento do Trâmite do Acordo de Cooperação Técnica com a ANM** na área de mineração.

O Planejamento Anual de Fiscalização (PAF), aprovado pela Portaria AGRESPI-PI nº 031, de 19 de dezembro de 2025, define o cronograma preliminar de fiscalizações para 2026, com ações mensais distribuídas pelos diferentes territórios de desenvolvimento do Piauí. As fiscalizações abrangem aspectos relativos à qualidade e continuidade do fornecimento, atendimento comercial, segurança de instalações, indicadores DEC/FEC, geração distribuída e conformidade técnica, assegurando cobertura ampla e sistemática dos serviços de energia elétrica no estado. O terceiro trimestre dá continuidade ao ciclo de visitas iniciado em fevereiro, avançando para novas regiões conforme o roteiro previsto no PAF.



O terceiro trimestre foi planejado com base nos mesmos cinco objetivos estratégicos que estruturaram o 1º TRI, mantendo a continuidade do planejamento orientado por desempenho: estruturação institucional e técnica da Diretoria (OBJ-1), monitoramento da qualidade dos serviços prestados (OBJ-2), fiscalização dos serviços (OBJ-3), elaboração de análise documental (OBJ-4) e gestão da atuação diretiva (OBJ-5). Cada objetivo foi desdobrado em resultados-chave com responsáveis definidos e metas quantificadas.

O resultado geral das contribuições realizadas no decorrer do período apresentou um **aproveitamento de 111%** do planejado pela equipe.

3. PLANEJAMENTO E DESEMPENHO

A seguir, consolida-se o desempenho do trimestre, com os resultados apurados nos meses de julho, agosto e setembro.

OBJ-1	Estruturar institucional e tecnicamente a Diretoria	Meta	Realizado
KR-1	Realizar 2 ações de capacitações técnicas no mês	6	100%
KR-2	Articulação Institucional	2	100%
KR-3	Implementar programa de monitoramento com IA	3	100%
KR-4	Aquisição de materiais de trabalho	3	33%

Dos quatro KRs do objetivo 1, dois registraram avanços satisfatórios no período. O KR-1 (capacitações técnicas internas e externas), acumulou 5 capacitações internas realizadas pelos membros da própria equipe e uma capacitação externa voltada a Política de Transparência.

A atuação da equipe foi marcada pela prosseguimento das demandas do contrato de metas e acompanhamento do acordo de cooperação e elaboração dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP's) para atuação da fiscalização.

Quanto à implementação da ferramenta de inteligência artificial para recepção de dados dos usuários para tratativa de ouvidoria, houve a adaptação do plano inicialmente definido ainda no trimestre passado para a formulação de uma abordagem mais simples, com previsão de disponibilização mais rápida. Tal iniciativa está em desenvolvimento com a equipe de TI da AGRESPI e a ETIPI, o projeto já está em fase de testes.

Os materiais relacionados para aquisição foram liberados para efetuação da compra, estando o processo em tratativa pela equipe financeira da agência. No entanto, a entrega do novo fardamento teve previsão adiada para outubro.

OBJ-2	Monitorar a qualidade dos serviços prestados	Meta	Realizado
KR-1	Tratar 100% das demandas de Ouvidoria reguladas pela ANEEL, dentro dos prazos regulatórios	3	100%
KR-2	Estudo de perspectivas do mercado (Gás, H2 Verde, Data Center)	3	100%
KR-3	Monitorar indicadores de Obras em Atraso EQTL	4	100%
KR-4	Contato com outras Instituições da área de Mineração e Estudos voltados ao Setor Mineral	3	100%

O objetivo 2 conta com os monitoramentos de caráter contínuo da equipe. Mensalmente, foi possível consolidar o acompanhamento de demandas e estudos dos setores de mercado de gás, hidrogênio verde, data center, mineração e ouvidoria.

3. PLANEJAMENTO E DESEMPENHO

OBJ-3	Fiscalizar os serviços prestados	Meta	Realizado
KR-1	Execução do PAF	1	67%
KR-2	Executar 1ação de fiscalização técnica de energia elétrica no mês (contrato de metas SFT)	3	100%
KR-3	Executar 1ação de fiscalização técnica de energia elétrica no mês (contrato de metas SMA)	2	50%

O terceiro objetivo concentra as ações fiscalizatórias elaboradas pelas gerências. A linha de fiscalização técnica vinculada ao Contrato de Metas SFT, registrou 3 ações efetivas de análise de desempenho da concessionária no fornecimento do serviço de acesso à energia elétrica no Estado. A linha vinculada ao SMA, também realizou tal atividade com relação às tratativas de ouvidoria no sistema da ANEEL (SGO) nos meses que se cumpriu o início do contrato de metas com a agência.

O KR-1, referente a fiscalização da execução do PAF, fez-se impossibilitado devido limitações de acesso às informações necessárias dentro do período estipulado.

OBJ-4	Elaborar análise documental dos serviços prestados	Meta	Realizado
KR-1	Elaborar parecer técnico mensal das tratativas de ouvidoria em andamento	3	133%
KR-2	Elaborar 1 relatório técnico de Fiscalização e Obras em Atraso	2	50%
KR-3	Elaborar 1 relatório mensal de entregas à ANEEL	4	100%
KR-4	Elaborar 1 relatório de Mineração	2	200%
KR-5	Elaborar 1 relatório de Gás, Hidrogênio Verde e Data Centers	3	0%

No quarto objetivo foram contabilizadas as produções técnicas oriundas das ações realizadas nos três primeiros eixos de atuação abordados.

O KR-1, parecer técnico mensal das tratativas de ouvidoria em andamento, registrou a entrega dos relatórios mensais de Ouvidoria/SMA, além de parecer técnico de demandas do Ministério Público. O KR-2, relatório técnico de Fiscalização e Obras em Atraso, registrou as notas técnicas e relatórios dos estudos realizados na SFT.

No KR-3 foi cumprida entrega do relatório de entregas e da Consulta Pública ANEEL N° 020/2026.

O KR-4 contou com a elaboração de relatórios de análises distintas do Setor de Mineração, fornecendo os dados mais recente do setor no Estado do Piauí.

3. PLANEJAMENTO E DESEMPENHO

O objetivo 5, centrado no monitoramento da gestão estratégica do time, foi preenchido satisfatoriamente com as entregas ao longo dos 3 meses planejados.

OBJ-5	Gerenciar a atuação da Diretoria quanto aos serviços prestados	Meta	Realizado
KR-1	Realizar reuniões de Diretoria e Gerências	18	100%
KR-2	Realizar reuniões externas	4	425%
KR-3	Elaborar Balanço trimestral da Diretoria	1	100%

O KR-2 foi inserido pela necessidade de gerir as demandas de reuniões com outros entes públicos e setor regulado, os 425% são devidos a todas as reuniões realizadas ao decorrer do trimestre, superando o quádruplo da meta sugerida.

O desempenho parcial do 3º trimestre de 2026 evidencia continuidade na execução das frentes prioritárias da Diretoria. Os objetivos com maior avanço acumulado no período são devido à forte articulação institucional, que resultou no avanço das demandas junto à ANEEL e ao acompanhamento do processo junto à ANM.



4. AÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO EXTERNA

AÇÕES INTERNAS

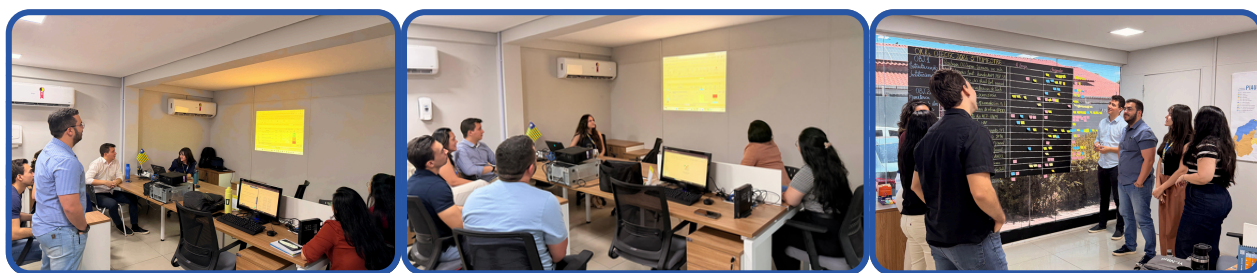


Durante o terceiro trimestre, a Diretoria de Energia deu continuidade ao processo de fortalecimento das articulações internas e externas, ampliando a integração entre as gerências da Agência e consolidando o relacionamento institucional com a concessionária, órgãos reguladores, entidades setoriais e demais agentes envolvidos nos segmentos de energia elétrica.

No âmbito da gestão interna, a Diretoria avançou no aperfeiçoamento da metodologia de acompanhamento de projetos e atividades baseada em OKRs. O quadro de gestão visual foi atualizado e aprimorado para os objetivos do 3º trimestre, proporcionando maior organização das demandas, definição de prioridades, acompanhamento de prazos e monitoramento dos resultados. As melhorias implementadas contribuíram para uma gestão mais estruturada das atividades e para o acompanhamento sistemático das entregas e metas estabelecidas pela Diretoria.

REUNIÕES DA DIRETORIA COM AS GERÊNCIAS

Ao longo do trimestre, foram mantidas reuniões periódicas entre a Diretoria de Energia e suas gerências e coordenações, com registro formal em atas. Os encontros abordaram principalmente o processo de fiscalização sobre Nível de Tensão, os estudos e visitas relacionados à atividade de mineração no Piauí e o acompanhamento do Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD) da concessionária, promovendo maior integração das equipes e acompanhamento contínuo das ações estratégicas.



CALENDÁRIO DE REUNIÕES 3º TRI 2026 - DIECGC

JULHO						
S	T	Q	Q	S	S	D
			1	2	3	4
			5			
6	07	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

● N5 – Geral DIECGC

AGOSTO						
S	T	Q	Q	S	S	D
					1	2
3	04	05	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

● N5 – Gerências/
Diretoria

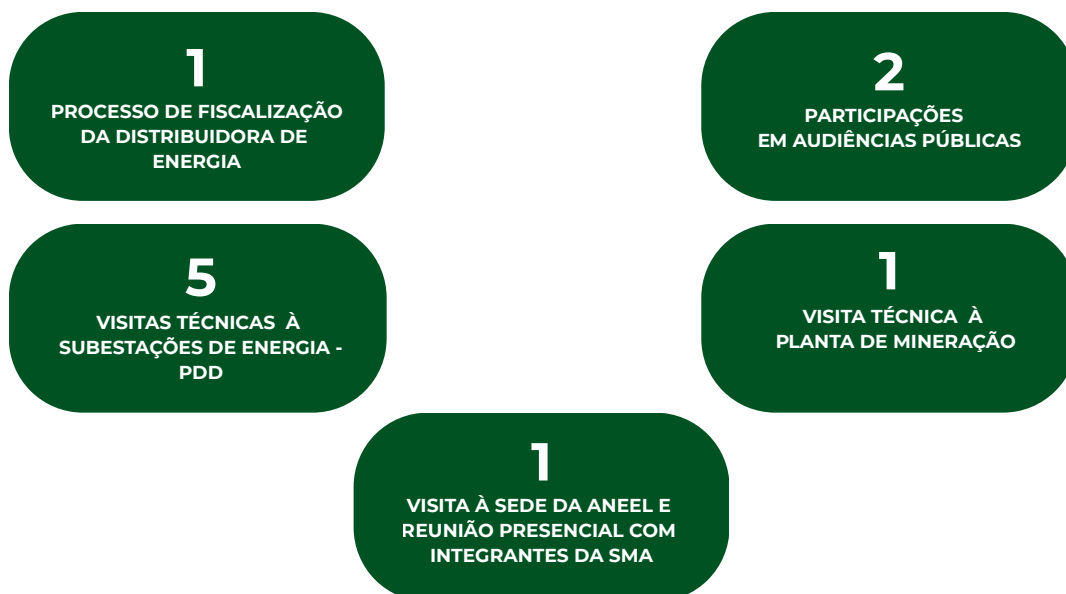
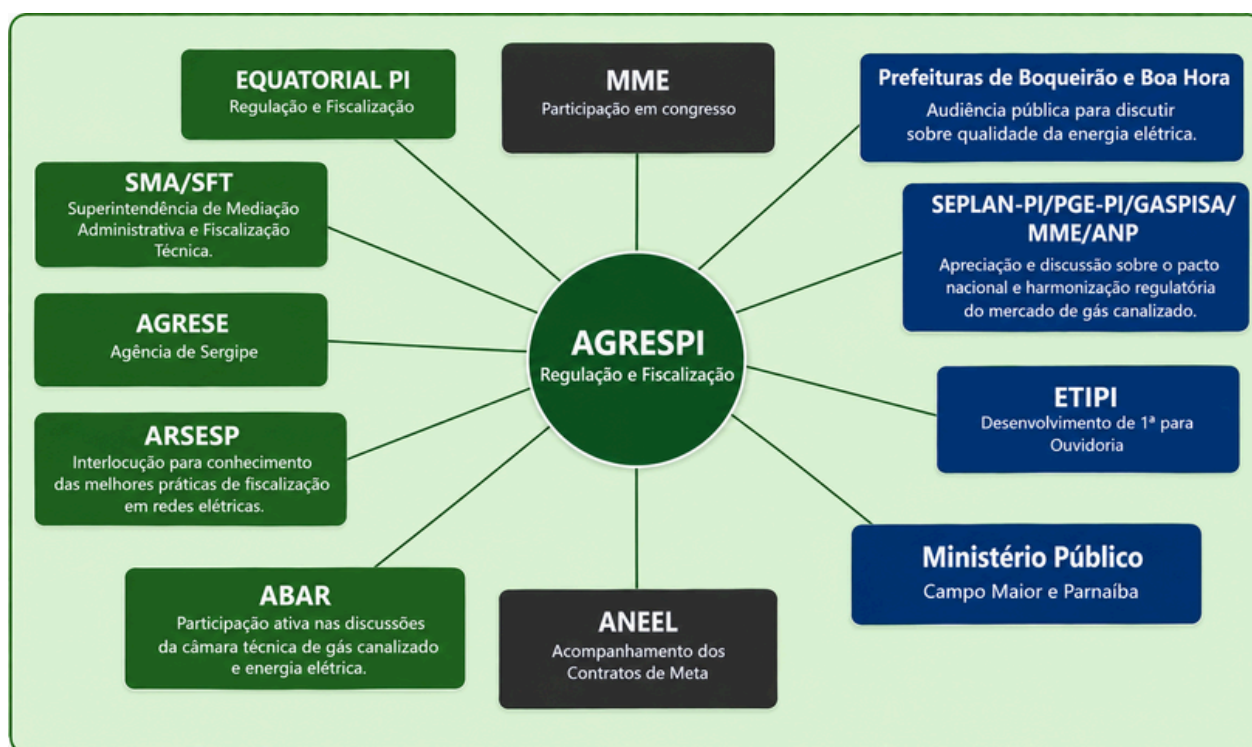
SETEMBRO						
S	T	Q	Q	S	S	D
	01	2	3	04	5	6
7	08	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

● N6 – Gerências/
Coordenação

4. AÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO EXTERNA

AÇÕES EXTERNAS

As atividades realizadas pela AGRESPI entre julho e setembro de 2026 evidenciam a abrangência e a importância de sua atuação institucional. Nesse período, a Agência manteve atuação relevante na fiscalização da qualidade dos serviços de energia elétrica prestados à população piauiense, ao mesmo tempo em que ampliou a articulação institucional com a ANEEL e demais agências reguladoras estaduais.



4. AÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO EXTERNA

AÇÕES EXTERNAS

Ação Externa	Instituição	Resultado / Contribuição
Reunião com Equatorial Piauí (Diretoria Geral, Diretoria de Energia com a Presidência Equatorial PI)	AGRESPI + Equatorial Piauí	Apresentação dos Contratos de Metas SFT e SMA celebrados entre a ANEEL e a AGRESPI, promovendo alinhamento institucional quanto às atividades de regulação e fiscalização.
Audiência Pública em Boqueirão do Piauí	Equatorial Piauí + Diretoria de Energia + liderança do município junto com a população	Participação de representantes da Diretoria de Energia na audiência pública destinada a debater a qualidade do fornecimento de energia elétrica na região, promovendo o diálogo entre consumidores, poder público, distribuidora e demais instituições envolvidas.
Reunião com ARSESP	AGRESPI + ARSESP	Reunião entre representantes das Agências do Piauí e São Paulo, para intercâmbio de experiências e boas práticas aplicáveis às fiscalizações de subestações e alimentadores da rede de distribuição de energia elétrica.
Visita Técnica à Mineradora Lion Mining	AGRESPI + LION MINING	Visita técnica de representantes da AGRESPI à mineradora Lion Mining, com o objetivo de conhecer as instalações, os procedimentos operacionais e as possíveis dificuldades enfrentadas pela empresa.
Reunião com AGRESE	AGRESPI + AGRESE	Análise e discussão do procedimento de fiscalização dos níveis de tensão da distribuidora de energia elétrica, visando ao alinhamento de critérios e boas práticas regulatórias.
Reunião SMA e Equatorial Piauí	AGRESPI + ANEEL(SMA) + Equatorial Piauí	Encontro destinado à análise de casos encaminhados pela Ouvidoria, com discussão de posicionamentos e definição de tratativas para melhoria dos serviços e atendimento aos consumidores.
Reunião com SEPLAN	AGRESPI + SEPLAN	Reunião entre a Diretoria de Energia da AGRESPI e representantes da SEPLAN para discussão de ações e estratégias relacionadas à implementação do Pacto Nacional do Gás no Piauí.
Congresso ANEEL	AGRESPI + ANEEL	Participação de representantes da AGRESPI em congresso promovido pela ANEEL, com discussões sobre os impactos e desafios relacionados ao fenômeno climático El Niño no setor elétrico.
Congresso MME	AGRESPI + MME	Participação de representantes da AGRESPI em congresso promovido pelo MME, com debates e intercâmbio de conhecimentos sobre temas estratégicos dos setores de Energia e Mineração, visando ao desenvolvimento sustentável e à competitividade do Brasil.
Congresso ABAR	AGRESPI + ABAR	Participação de representantes da AGRESPI na Câmara Técnica de Gás Canalizado, com discussões sobre políticas de oferta de gás, infraestrutura e iniciativas relacionadas ao Pacto Nacional do Gás.

As ações realizadas pela AGRESPI no período de Julho a Setembro de 2026 reforçam a relevância de sua atuação na fiscalização dos serviços de energia elétrica e no fortalecimento da cooperação institucional com a ANEEL e demais agências reguladoras.

4. AÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO EXTERNA

AÇÕES EXTERNAS - AGRESPI E EQUATORIAL PIAUÍ



A reunião contou com a participação da alta gestão da Equatorial Piauí, Reunião entre a Diretoria-Geral e a Diretoria de Energia da AGRESPI para apresentação e alinhamento dos Contratos de Metas SFT e SMA, firmados entre a ANEEL e a AGRESPI, bem como das respectivas atribuições e procedimentos de fiscalização e acompanhamento dos serviços de energia elétrica.

VISITA TÉCNICA - MINERADORA LION MINING

Realização de visita técnica de representantes da AGRESPI à Lion Mining, no município de Piripiri-PI, com visita a uma das três plantas da mineradora existentes na região. A atividade teve como objetivo conhecer as instalações, os processos e procedimentos operacionais desenvolvidos pela empresa, bem como compreender as principais dificuldades e desafios enfrentados em suas atividades.



AUDIÊNCIA PÚBLICA - QUALIDADE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA EM BOQUEIRÃO DO PIAUÍ



Realização de Audiência Pública no município de Boqueirão do Piauí, destinada a discutir a qualidade do fornecimento de energia elétrica na região, com participação de consumidores, poder público, distribuidora e demais instituições envolvidas. A participação da AGRESPI reforça seu papel institucional na interlocução e na contribuição técnica para debates públicos relacionados à qualidade dos serviços de energia elétrica.

4. AÇÕES INSTITUCIONAIS E ARTICULAÇÃO EXTERNA

VISITA À SEDE DA ANEEL

Participação de representantes da DIECGC em congresso promovido pela ANEEL, com discussões sobre os impactos e desafios relacionados ao fenômeno climático El Niño no setor elétrico.

Durante a agenda, a equipe também realizou visita à sede da ANEEL e reunião com a Superintendência de Mediação Administrativa e Fiscalização Técnica (SMA) e sua equipe, com o objetivo de avaliar o andamento dos Contratos de Metas de 2026 e planejar as ações e diretrizes para os Contratos de Metas de 2027, fortalecendo a articulação institucional e o alinhamento das atividades de fiscalização entre as instituições.



2º CONGRESSO BRASILEIRO DE MINAS E ENERGIA



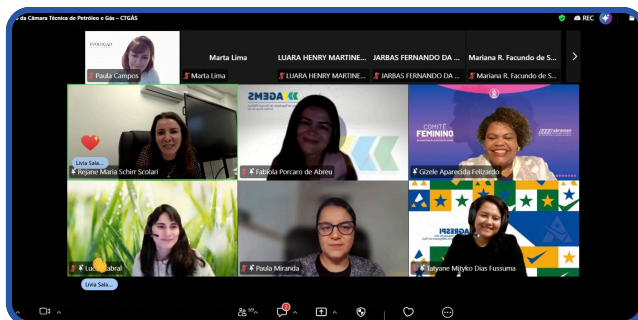
Participação de representantes da Diretoria em 2º Congresso Brasileiro de Minas e Energia (CBME 2026), promovido pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

O evento promoveu debates e intercâmbio de conhecimentos sobre temas estratégicos dos setores de Energia e da Mineração, visando o desenvolvimento sustentável e à competitividade do Brasil.

CONGRESSO ABAR

Participação de representantes da AGRESPI na Câmara Técnica de Gás Canalizado, durante o Congresso Brasileiro de Agências Reguladoras - 2026.

Foram debatidas as alternativas sobre políticas de oferta de gás, infraestrutura e iniciativas relacionadas ao Pacto Nacional do Gás.



5. CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPE

PARTICIPAÇÃO EM CAPACITAÇÕES INTERNAS

Instrução Formal sobre Riscos Elétricos e Medidas de Precaução - NR-10



A DIECGC participou de **instrução formal sobre Riscos Elétricos e Medidas de Precaução**, com foco na **prevenção de riscos elétricos e na adoção de procedimentos de trabalho seguro**, em atendimento ao **item 10.8.9 da NR-10**, com carga horária de **16 horas**.

A instrução abordou **situações de risco elétrico** no dia a dia, **riscos em ambientes externos e industriais**, **efeitos do choque elétrico**, **responsabilidades e direitos dos trabalhadores**.

Também foram apresentados conteúdos relacionados aos **Equipamentos de Proteção Individual (EPI)**, incluindo **Certificado de Aprovação**, **tensões de uso e ensaio**, **limpeza**, **armazenamento e preservação**, além de **EPIs aplicáveis às atividades de vistoria e fiscalização elétrica**.

Fiscalização Responsiva

A capacitação interna promovida pela equipe da **DIECGC** sobre **Fiscalização Responsiva** contemplou aspectos relacionados à superação do **modelo tradicional de Comando e Controle (C&C)** e à adoção de estratégias regulatórias baseadas em **riscos, evidências, consensualidade e gradação da resposta estatal**, considerando o perfil e o comportamento do regulado.



O estudo abordou os **fundamentos da regulação responsiva**, as **pirâmides regulatórias**, as **estratégias de implementação baseadas em risco e evidências** e os **instrumentos de consensualidade, acordos e sanções escalonadas**. Também foram discutidos aspectos relacionados à **governança, ética e controle da atividade regulatória**, além de experiências de aplicação da regulação responsiva por diferentes agências reguladoras brasileiras, destacando a importância da **racionalidade na atuação fiscalizatória**, da **priorização dos casos de maior risco** e do **fortalecimento da cooperação entre regulador e regulado**.

5. CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPE

PARTICIPAÇÃO EM CAPACITAÇÕES INTERNAS

Potencial de Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono no Piauí



Com o objetivo de ampliar o conhecimento técnico da equipe sobre a transição energética, a **DIECGC** realizou um estudo interno acerca do **potencial de produção de hidrogênio de baixo carbono (H2V) no Estado do Piauí**. A atividade contemplou o contexto da **transição energética global**, as **rotas tecnológicas de produção**, o **potencial elétrico** e a **matriz energética renovável do estado**.

O estudo abordou o **conceito**, as **vantagens e desvantagens de produção do hidrogênio**, a **infraestrutura elétrica** e a **localização estratégica do Piauí e da região Nordeste**, além dos processos de conexão à rede básica para novos empreendimentos eletrointensivos. Também foram analisados o projeto do **Hub de Hidrogênio Verde no Piauí**, com produção projetada de 26,8 GW e investimento estimado em R\$ 200 bilhões, os desafios relacionados à expansão coordenada da rede de transmissão e à agilização das conexões de geração.

Uso da Inteligência Artificial no ambiente de trabalho

A equipe da **DIECGC** participou de capacitação voltada à **utilização do Claude**, assistente de inteligência artificial da Anthropic, com foco em sua **integração ao Microsoft 365**. Foram apresentados os fundamentos de **funcionamento da ferramenta**, a **interface de conversação** e a **trilha recomendada de evolução de uso** do Chat para perguntas e rascunhos, aos projetos, como repositório de arquivos e instruções fixas.

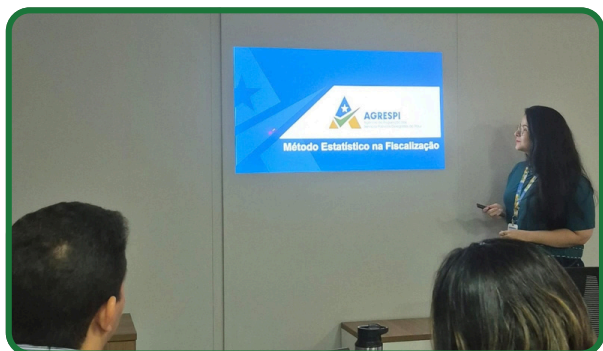


Na ocasião, também foram apresentadas as **boas práticas para a elaboração de prompts eficazes**, com definição de papel, contexto, tarefa e formato de saída, ilustradas por exemplos práticos de criação de apresentações a partir de roteiros definidos, planilhas de dados sem modelo visual predefinido e modelos institucionais já existentes. Além disso, foram abordadas as **diretrizes de privacidade e retenção de dados entre contas pessoais e corporativas**, os **cuidados práticos de segurança da informação** e o **panorama dos planos e custos disponíveis para contratação individual e Enterprise**.

5. CAPACITAÇÕES E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPE

PARTICIPAÇÃO EM CAPACITAÇÕES INTERNAS

Metódo Estatístico por Amostragem na Fiscalização



Tendo como propósito **aprimorar o conhecimento técnico** da equipe sobre a aplicação de métodos estatísticos às atividades de fiscalização regulatória, a **DIECGC** realizou uma capacitação interna sobre o **método estatístico por amostragem**, com foco na **definição de amostras representativas** e na **fundamentação de conclusões** relacionadas à **conformidade dos serviços fiscalizados**.

A capacitação abordou as **etapas do processo de amostragem**, incluindo a **definição da população e dos parâmetros de interesse, o dimensionamento e a alocação da amostra**, com destaque para a utilização da **alocação de Neyman**, além dos procedimentos de sorteio, estimação e verificação de hipóteses. Também foram apresentados estudos de caso aplicados ao setor elétrico, demonstrando a **utilização da metodologia na análise de medidores, transformadores, faturamento e expurgos**.

Política de Transparência

Foi realizado o **treinamento sobre a Política de Transparência**, com abordagem dos **principais documentos e informações relacionados às atividades regulatórias e institucionais da AGRESPI**. A capacitação abordou aspectos referentes à transparência de atos normativos, decisões regulatórias, contratos, convênios e acordos, relatórios técnicos, consultas e audiências públicas e ações de fiscalização, incluindo sua relação com a prestação de contas das atividades da Diretoria de Energia, Comunicação e Gás Canalizado (DIECGC).



O treinamento também apresentou, de forma introdutória, **as responsabilidades dos diferentes envolvidos na elaboração e tramitação de documentos**, destacando os papéis de executor, responsável, pessoas que devem ser informadas e aquelas que precisam ser consultadas, considerando a estrutura hierárquica e as competências dos cargos no âmbito da AGRESPI.

6. FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

A Superintendência de Fiscalização Técnica dos Serviços de Energia Elétrica (SFT) é a unidade da ANEEL responsável por monitorar e fiscalizar os serviços e instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por meio de ações preventivas, orientativas ou corretivas voltadas à conformidade regulatória dos agentes setoriais, competência definida na Resolução Normativa ANEEL nº 1.061/2023.

Com o contrato de metas celebrado entre a Agrespi e a ANEEL, a agência estadual passa a realizar, em território piauiense, análises técnicas, ações em campo, apuração de irregularidades e acompanhamento da qualidade do serviço, segundo metas, indicadores e critérios de avaliação fixados no próprio instrumento.

No 3º trimestre, as atividades descentralizadas concentraram-se no acompanhamento de obras de melhoria e expansão em seis subestações, sendo cinco em Teresina e uma em Uruçuí, cujos empreendimentos visam elevar a qualidade do fornecimento de energia e sustentar o desenvolvimento econômico do Estado. Foram elaborados ainda dois relatórios de fiscalização referentes à distribuidora Equatorial Piauí: um sobre obras em atraso e outro de análise da tensão de fornecimento.

FISCALIZAÇÃO – SUBESTAÇÕES EM TERESINA

As visitas técnicas contemplaram as análises da AGRESPI, com foco nas instalações de subestações e indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica em cinco conjuntos elétricos estratégicos no município de Teresina.



Durante a inspeção, foi avaliada a estrutura operacional de campo mantida pela concessionária, além do desempenho individual dos conjuntos elétricos Esplanada, Renascença, Poty e Ininga. A análise abrangeu indicadores de continuidade (DEC e FEC), bem como investimentos em expansão e manutenção de redes de alta tensão (AT) e média tensão (MT).

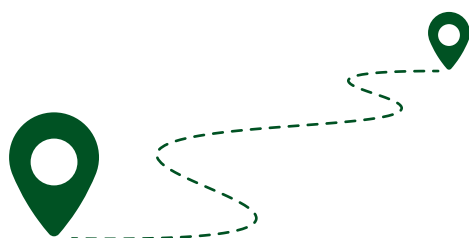
Em relação à Subestação Santa Maria, ainda em fase de construção, a AGRESPI realizou verificação do andamento da obra e da expectativa de prazo para energização, visando ao cumprimento dos cronogramas estabelecidos.

6. FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

VISITA TÉCNICA – OBRAS EM URUÇUI E REGIÃO

O polo agroindustrial de Uruçuí, no sul do estado, representa a concretização de uma demanda histórica por energia de qualidade na região.

Graças aos esforços coordenados do Governo do Estado e da Equatorial, o projeto será implementado a partir de meados de 2028, com conclusão prevista para 2031, incluindo frigoríficos e unidades de processamento de industrializados.



A iniciativa beneficiará toda a economia regional, gerando oportunidades de emprego, incremento de renda e promoção do desenvolvimento local, viabilizando a instalação de grandes empreendimentos industriais na região.

A visita técnica contou com a participação de representantes da AGRESPI, SEPLAN, INVESTE PIAUÍ, Equatorial e clientes, visando acompanhar o andamento das obras de infraestrutura energética.

- Ampliação da Subestação Ribeiro Gonçalves II (Pátio 138/69 kV)
- Nova Linha de Distribuição Uruçuí III – SEPLAN 138 kV
- Banco de Capacitores 2,4 MVAR 34,5 kV – Subestação Porto Alegre do Piauí

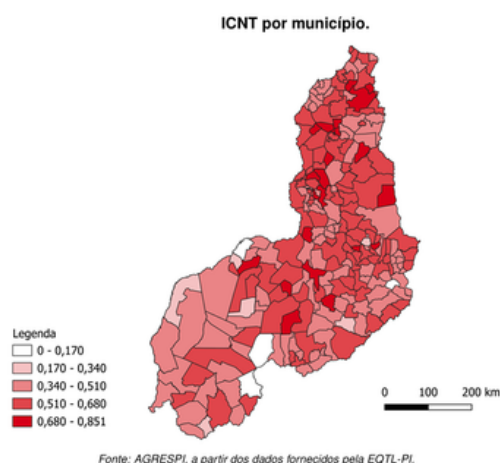
6. FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE NÍVEL DE TENSÃO

A análise dos indicadores de conformidade do nível de tensão da Equatorial Piauí (EQTL-PI) evidencia um cenário de não conformidade persistente em todo o estado, conforme imagem ao lado.

O Percentual de Leituras de Tensão Não Adequadas (PLNA) atingiu 89,15%, e os indicadores equivalentes DRPE (12,68%) e DRCE (17,51%) mantiveram-se muito acima dos limites de referência estabelecidos no PRODIST, de 3% e 0,5%, respectivamente.

Esses resultados indicam que parcela significativa das unidades consumidoras monitoradas permaneceu exposta, por períodos prolongados, a níveis de tensão precária e crítica.



Quanto à regularização da tensão, foram identificadas unidades consumidoras que permaneceram pendentes após a constatação de níveis inadequados, além de variações nos prazos de conclusão dos serviços, com prazos médios de 30,05 (PRTTP) e 30,04 (PRTC). Os indicadores QRT (14,72) e PRP (18,8%) demonstram a persistência de reclamações relacionadas à tensão de fornecimento, inclusive com parcela reconhecida como procedente pela própria distribuidora. Somado ao PSFP-G de 18,95%, esse quadro reforça a necessidade de ações corretivas por parte da concessionária para adequar os níveis de tensão e cumprir os prazos regulatórios.

Indicadores da Distribuidora.

Indicador	EQTL-PI (%)
Percentual de Leituras de Tensão Não Adequadas (PLNA)	89,15
Duração Relativa da Transgressão para Tensão Precária Equivalente (DRPE)	12,68
Duração Relativa da Transgressão para Tensão Crítica Equivalente (DRCE)	17,51
Quantidade Relativa de Reclamações Totais (QRT)	14,72
Percentual de Reclamações Procedentes (PRP)	18,8
Percentual de Serviços Fora do Prazo por Grupo de Serviço (PSFP-G)	18,95
Prazo Médio de Conclusão do Serviço de Regularização do Nível de Tensão Precária (PRTTP)	30,05
Prazo Médio de Conclusão do Serviço de Regularização do Nível de Tensão Crítica (PRTC)	30,04

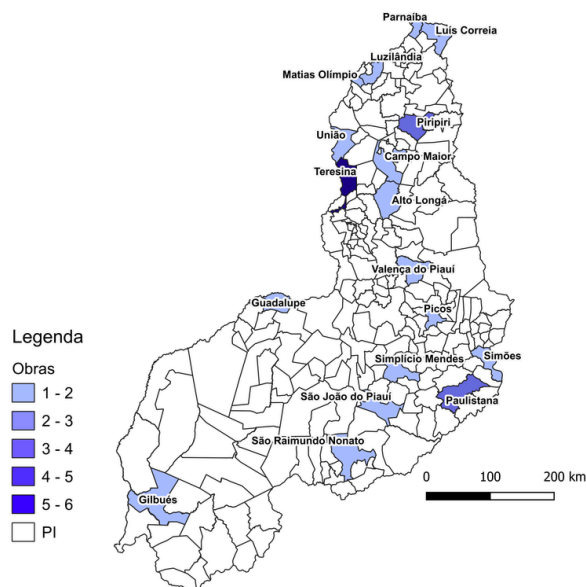
Fonte: AGRESPI, a partir dos dados fornecidos pela EQTL-PI.

6. FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

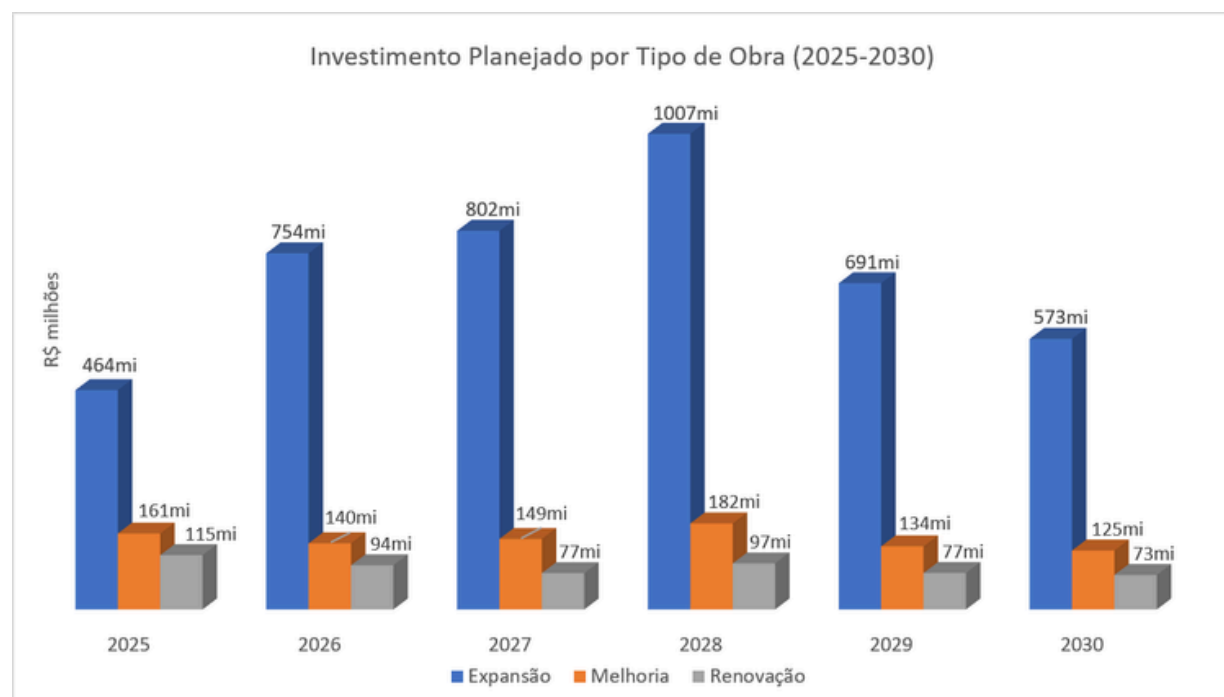
RELATÓRIO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO (PDD)

A distribuição geográfica das obras do PDD 2026 mostra que os empreendimentos planejados pela concessionária alcançam diferentes regiões do Piauí, com intervenções voltadas à expansão, melhoria e renovação da rede de distribuição.

As obras concentra-se em Expansão da Rede (+62,4%) e no programa Luz Para Todos (+36,5%), enquanto Melhoria e Renovação apresentam redução.



O planejamento para 2026 (R\$ 987,55 milhões) supera em 33,4% o realizado em 2025 e em 46,1% a média anual de 2022–2025 (R\$ 676,11 milhões). Além disso, o pico previsto para 2028 (R\$ 1,29 bilhão) excede em 43,1% o maior valor já executado na série (R\$ 899,11 milhões, em 2023). Em decorrência disso, a AGRESPI realiza o acompanhamento da capacidade de execução das obras de expansão ao longo de 2026 a 2030, para garantir os prazos regulatórios.



7. TRATATIVAS DE OUVIDORIA/SMA

No trimestre, a AGRESPI ampliou as ações de regulação e fiscalização da distribuição de energia elétrica, em conformidade com o Contrato de Metas firmado com a ANEEL. Do mesmo modo, em articulação com a Superintendência de Mediação Administrativa (SMA), foram aperfeiçoados os instrumentos de acompanhamento, supervisão e controle das atividades delegadas.

Paralelamente, intensificou-se o uso do Sistema de Gestão da Ouvidoria (SGO), plataforma de registro e monitoramento das reclamações de consumidores, com reuniões mensais junto à Equatorial Piauí para tratamento dos casos mais críticos, recorrentes e com parecer questionável.

Soma-se a isso o acompanhamento das reclamações registradas no sistema da ANEEL por intermédio da AGRESPI, canal pelo qual o consumidor recorre à agência reguladora em busca de suporte na resolução de sua demanda. Nesse contexto, observou-se uma redução no volume de solicitações durante o período eleitoral.



equatorial
ENERGIA

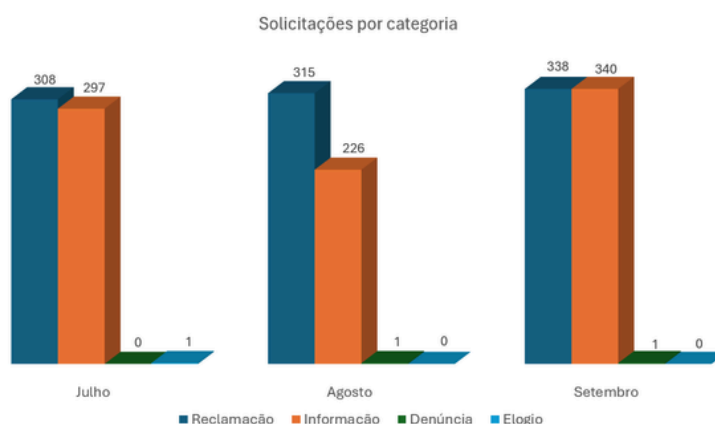
CENTRAL DE ATENDIMENTO
LIGUE GRÁTIS 0800 086 0800
ATENDIMENTO GRATUITO 24H

Ouvidoria Equatorial Piauí: 0800 721 0164
Ligação gratuita de telefones fixos e móveis, de segunda a sexta, das 8h às 18h.
Ouvidoria AGRESPI: (86) 99520 4096
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL): 167 • Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.
Fale com a Clara pelo WhatsApp: (86) 3228 8200
Para pessoa com deficiência, acesse: <https://pl.equatorialenergia.com.br/acessibilidade/>

Adicionalmente, a AGRESPI ampliou sua atuação institucional mediante a inclusão do número de sua Ouvidoria na fatura de energia elétrica encaminhada aos consumidores da Equatorial Piauí, medida que amplia a publicidade do canal de atendimento e facilita o acesso do consumidor à Agência.

Relação de Solicitações 3º Tri/2026

No 3º trimestre de 2026, o SGO registrou 1.827 solicitações referentes à Equatorial Piauí. Predominaram as reclamações, com 961 registros (52,6%) de tipologias diversas, seguidas das informações, com 863 registros (47,2%), correspondente a dúvida, esclarecimento ou solicitação sem repasse à distribuidora. Registraram-se, ainda, 2 denúncias e 1 elogio, que juntos representam menos de 0,2% do total.



7. TRATATIVAS DE OUVIDORIA/SMA

Top 10 Tipologias por Status (Decisão)

Tipologia	Procedente	Improcedente	Sem decisão de mérito	Total
Extensão de Rede	0	36	305	341
Oscilação de Tensão	18	22	185	225
Falta de Energia	91	0	103	194
Conexão Microgeração	1	9	150	160
Ligação	0	5	100	105
Faturamento Microgeração	0	11	76	87
Religação	1	2	70	73
Variação de Consumo	0	7	58	65
Devolução de Valores	0	13	44	57
Dados do Setor Elétrico	0	0	38	38
Total	111	105	1.129	1.345

Quanto à tipologia das solicitações, ocupa a primeira posição a extensão de rede, que abrange obras de ligação nova e de aumento de demanda. Nessa tipologia predomina o parecer *sem decisão de mérito*, em razão das obras encontrarem-se dentro do prazo regulamentar ou terem sido reprogramadas.

Em segundo lugar figura a oscilação de tensão, que compreende as reclamações relativas à variação no fornecimento de energia e ao nível de tensão. Também nesse caso prevalece o parecer *sem decisão de mérito*, decorrente da reclassificação da reclamação para a Ouvidoria da Equatorial, instância em que a demanda passa a ser tratada internamente pela distribuidora.

Quanto às demais solicitações classificadas como *sem decisão de mérito*, aproximadamente 50% correspondem a informações, ou seja, esclarecimentos sobre reclamações anteriores, tratativas solucionadas em primeiro atendimento pela ANEEL ou a demandas reclassificadas para apuração pela Ouvidoria da Equatorial.

Em face do *modus operandi* adotado pela Equatorial Piauí no atendimento às ouvidorias da ANEEL, a AGRESPI tem intensificado a discussão acerca dos pareceres emitidos, com o objetivo de ampliar a incidência de decisões de mérito, procedente ou improcedente, bem como de reduzir o volume de protocolos reclassificados para a Ouvidoria da Equatorial.

8. ENTREGAS E PRODUÇÕES TÉCNICAS

PRODUÇÕES TÉCNICAS 3ºTRI 2026

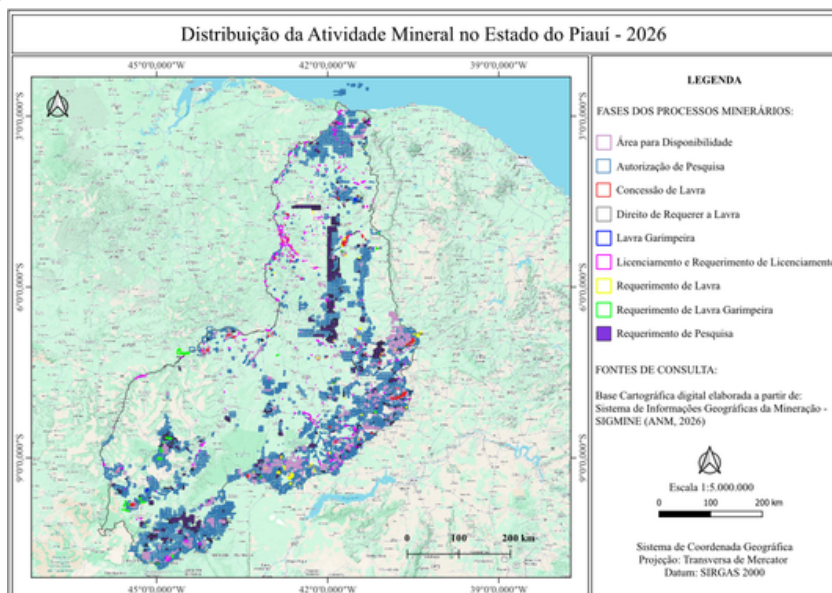
No terceiro trimestre de 2026, a Diretoria de Energia, Comunicação e Gás Canalizado consolidou um conjunto de **entregas técnicas voltadas ao acompanhamento setorial, ao fortalecimento das atividades de fiscalização e à participação em processos regulatórios** no âmbito da Agência. As atividades desenvolvidas contemplaram a elaboração de relatórios técnicos de mineração, a estruturação de Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) direcionados aos procedimentos de fiscalização de energia elétrica e a contribuição em Consultas Públicas.

As produções realizadas contribuíram para o **aprimoramento dos processos de monitoramento e fiscalização, bem como para o suporte técnico às ações institucionais e regulatórias da Agência**. Destacam-se, nesse contexto, **os estudos e relatórios do setor mineral, a padronização de procedimentos de fiscalização e a participação em discussões regulatórias**, evidenciando a atuação integrada da equipe em diferentes frentes de trabalho ao longo do trimestre.

PANORAMA DA ATIVIDADE MINERÁRIA – UMA ANÁLISE DO ESTADO DO PIAUÍ

Historicamente, o Piauí tem sua economia voltada para agropecuária e, recentemente, pela expansão em **fontes de energia renováveis**. O **avanço do setor mineral impulsiona uma mudança na matriz econômica** do estado por apresentar uma geologia rica e diversificada. Uma vez que abriga desde a tradicional e singular opala de Pedro II até expressivas jazidas de minério de ferro, níquel, dolomito, magnesita, mármore e calcário. Além disso, os investimentos em pesquisa focam-se em **potenciais depósitos de minerais estratégicos**.

O Piauí avançou na fase de interesse de pesquisa, contudo, ainda não representa exploração ou produção mineral, mas, sim, mais conhecimento sobre o território. De acordo com os dados da ANM, a quantidade de **processos é de 4.465 (quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco)** e o número de **empresas ativas é de 1.077 (mil e setenta e sete)**.



8. ENTREGAS E PRODUÇÕES TÉCNICAS

PRODUÇÕES TÉCNICAS 3ºTRI 2026

O presente estudo permitiu analisar o panorama da mineração do Piauí, evidenciando a **diversidade de recursos minerais** e o significativo **potencial geológico existente em seu território**. A análise demonstrou que a combinação entre a Bacia Sedimentar do Parnaíba e os terrenos cristalinos da Província Borborema favorece a **ocorrência de minerais metálicos, não metálicos, gemas, águas minerais e minerais energéticos, conferindo ao estado condições favoráveis para a expansão da atividade minerária**.

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA – MINERADORA DE MINÉRIO DE FERRO

A **visita técnica**, realizada pela equipe da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí (AGRESPI) à **mineradora Lion Mining**, teve intuito de **compreender sobre o andamento do processo produtivo de minério de ferro no Piauí**. A atividade se enquadra no contexto das ações desenvolvidas pela AGRESPI voltadas ao acompanhamento, levantamento e análise de informações relacionadas ao setor mineral do estado, especialmente no âmbito da Diretoria de Energia, Comunicação e Gás Canalizado (DIECGC).



Durante a visita, foi possível conhecer o empreendimento mineiro, no que tange os aspectos geológicos, a operação de lavra, os processos de beneficiamento e escoamento.

Também foram realizados registros fotográficos das áreas e estruturas apresentadas, respeitando as orientações estabelecidas pela empresa quanto ao registro e à divulgação das informações.

A atividade possibilitou compreender, de forma prática, **as diferentes etapas envolvidas na cadeia produtiva do minério de ferro, desde os aspectos relacionados à pesquisa e caracterização do depósito até a lavra, processamento e logística de escoamento da produção**.

As informações obtidas também contribuíram para a **identificação de fatores** que podem **influenciar o desenvolvimento da atividade mineral no território piauiense**, destacando-se **aspectos relacionados à infraestrutura, logística, disponibilidade de serviços, características operacionais e condições necessárias à expansão dos empreendimentos**. Nesse sentido, a visita constitui importante fonte de subsídios para os estudos e ações desenvolvidos pela AGRESPI relacionados ao acompanhamento do setor mineral piauiense.

8. ENTREGAS E PRODUÇÕES TÉCNICAS

PRODUÇÕES TÉCNICAS 3ºTRI 2026

POR QUE A ENERGIA ELÉTRICA É MAIS CARA NO PIAUÍ: UMA DECOMPOSIÇÃO REGULATÓRIA DOS DETERMINANTES TARIFÁRIOS

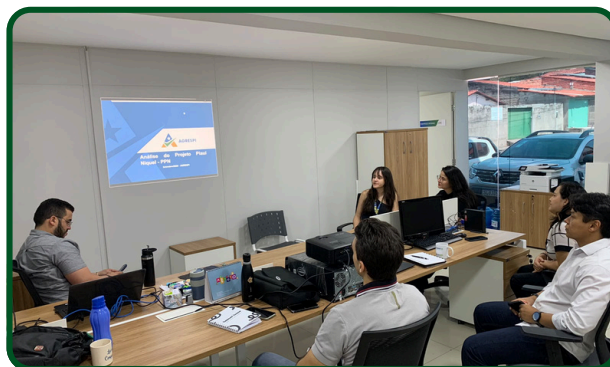
O presente trabalho tem como objetivo geral **analisar os determinantes regulatórios e estruturais da formação da tarifa de energia elétrica no Piauí**, combinando a decomposição documental de seus componentes regulatórios com um exercício de benchmarking quantitativo de eficiência gerencial frente a distribuidoras de outros estados.

Metodologicamente, o estudo articula duas técnicas complementares: **(i) análise documental de notas técnicas e resoluções homologatórias de revisão e reajuste tarifário conduzidas pela ANEEL; e (ii) benchmarking de eficiência** baseado em dados públicos de avaliação comparativa de custos operacionais (Parcela B) no último ciclo de Revisão Tarifária Periódica (RTP) homologado para cada uma, de modo a preservar a comparabilidade de regime de governança entre as unidades analisadas.

Espera-se, como resultado, identificar os componentes regulatórios que mais pesam na composição da tarifa piauiense de energia, associada a condições estruturais do estado, além de estabelecer as bases empíricas para uma investigação causal subsequente sobre os efeitos do custo da energia elétrica sobre a produção industrial estadual. **O trabalho busca contribuir tanto para o debate acadêmico sobre regulação tarifária no setor elétrico brasileiro quanto para a reflexão sobre políticas públicas voltadas à redução das assimetrias regionais no custo da energia.**

ANÁLISE DO PROJETO PIAUÍ NÍQUEL – PPN

A análise do **Projeto Piauí Níquel (PPN)**, teve como intuito compreender e acompanhar o desenvolvimento do empreendimento e sua importância na cadeia produtiva mineral. O Projeto tem como objetivo **extrair níquel e cobalto** para produção de **Precipitado Hidróxido Misto (MHP) e cobalto** separadamente. **Localizado no município de Capitão Gervásio de Oliveira**, o projeto é tido como um **complexo minero-industrial** com estruturas que auxiliam na extração dos minérios do morro do Brejo Seco. O PPN é tido como um dos destaques da mineração no território piauiense uma vez que trata-se de uma **produção industrial de minerais críticos**.



8. ENTREGAS E PRODUÇÕES TÉCNICAS

PRODUÇÕES TÉCNICAS 3ºTRI 2026

O Projeto Piauí Níquel foi concebido de forma integrada, **composto por estruturas destinadas à exploração, processamento e suporte às atividades minerárias e industriais**. O complexo integrado mineiro-industrial **envolve as etapas de lavra, preparação e processamento do minério de níquel, além de estruturas destinadas ao fornecimento de insumos, energia, água, disposição de estéril e rejeitos e produção dos compostos de níquel e cobalto**.



O Projeto Piauí Níquel (PPN) é detido pela empresa britânica de capital fechado Brazilian Nickel Limited (BRN). O PPN é mantido por meio da subsidiária da BRN no Brasil, Piauí Níquel Metais S.A. (PNM), com sede em Belo Horizonte (MG), a operação ocorre em Capitão Gervásio Oliveira, município do Piauí.

Portanto, o PPN representa uma oportunidade relevante para o **fortalecimento da mineração piauiense e para a inserção do estado em uma cadeia produtiva associada a minerais considerados estratégicos** para diferentes setores industriais.

ANÁLISE DA CONSULTA PÚBLICA ANEEL N° nº 020/2026 – REVISÃO DO SUBMÓDULO 6.2 DO PRORET

A Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí (AGRESPI), no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica nº 01/2025 firmado com a ANEEL, apresentou contribuições à **Consulta Pública nº 020/2026**, que trata da **revisão da metodologia do Fator X, especificamente do componente de Produtividade (Pd)**. A participação teve como objetivo **contribuir para o aprimoramento da metodologia, considerando as características e os desafios da distribuição de energia elétrica no Piauí**, especialmente em relação à expansão da geração distribuída, ao atendimento rural e aos investimentos em modernização e qualidade da rede.

Entre os **principais pontos abordados**, destacam-se a **necessidade de tratamento específico para os investimentos associados à Micro e Minigeração Distribuída (MMGD)**, o reconhecimento da expansão do mercado rural no cálculo da produtividade, a consideração dos investimentos em qualidade e resiliência e a adequada calibração dos limites de compartilhamento tarifário para distribuidoras de menor porte.

8. ENTREGAS E PRODUÇÕES TÉCNICAS

PRODUÇÕES TÉCNICAS 3ºTRI 2026

Dessa forma, a **participação da AGRESPI representa uma atuação institucional voltada à contribuição técnica no processo de revisão regulatória**, buscando que as particularidades do sistema de distribuição do Piauí sejam consideradas na definição da metodologia do componente Pd do Fator X.

CONTRIBUIÇÃO NA CONSULTA PÚBLICA ANEEL Nº nº 031/2026 – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO INDICADOR DE ATENDIMENTO DE MERCADO (IAM)

A Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí (AGRESPI), no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica nº 01/2025 firmado com a ANEEL, apresentou contribuições à **Consulta Pública nº 031/2026**, que trata da proposta de **criação do Indicador de Atendimento de Mercado (IAM) para as distribuidoras de energia elétrica**. O estudo teve como **objetivo avaliar a metodologia proposta pela ANEEL e subsidiar uma possível contribuição da AGRESPI ao processo regulatório**.

Durante a análise, **foram levantados dados sobre o cumprimento dos prazos de execução das obras de conexão** da Equatorial Piauí, incluindo **o percentual de obras realizadas dentro do prazo regulamentar, os prazos médios de conclusão e a quantidade de ligações com obras pendentes**. Também foram considerados dados obtidos pela própria AGRESPI, permitindo uma avaliação mais atualizada da situação do atendimento ao mercado de energia elétrica no estado.

Com base nos resultados identificados, foram elaboradas **recomendações para o aprimoramento da proposta regulatória**, incluindo a **adoção de medidas diferenciadas para áreas que apresentam desempenho crítico, o compartilhamento periódico de informações por estado, a manutenção das compensações aos consumidores e a ampliação da transparência dos dados relacionados ao indicador**. A participação contribuiu para o acompanhamento das questões regulatórias relacionadas à distribuição de energia elétrica no Piauí, fortalecendo o suporte técnico da AGRESPI às discussões promovidas pela ANEEL.

DESENVOLVIMENTO DO MANUAL DE PROCEDIMENTOS VOLTADOS À FISCALIZAÇÃO

A fim de **garantir a padronização e eficiência dos processos e aumentar a segurança na entrega dos produtos**, a DIECGC desenvolveu **Manual de Procedimentos voltados à fiscalização**, servindo como base para o **aprimoramento dos procedimentos de fiscalização** relacionados à atuação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

8. ENTREGAS E PRODUÇÕES TÉCNICAS

PRODUÇÕES TÉCNICAS 3ºTRI 2026

- **POP 01: PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DO FATURAMENTO**

Objetivo: Este Procedimento orienta a equipe técnica da AGRESPI na execução das atividades de Análise e Acompanhamento do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela Equatorial Piauí em relação à qualidade, regularidade e observância dos aspectos regulatórios dos processos de faturamento, leitura e cobrança, em conformidade com o PROFISC.

Fase: Em desenvolvimento.

- **POP 02: PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE LIGAÇÃO NOVA SEM OBRA**

Objetivo: Este Procedimento estabelece as diretrizes técnicas e operacionais para a equipe da AGRESPI executar as atividades de Análise e Acompanhamento do serviço de atendimento comercial de ligações novas de energia elétrica sem necessidade de obras de extensão de rede, prestado pela Equatorial Piauí, em estrita conformidade com o PROFISC.

Fase: Em desenvolvimento.

- **POP 03: PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE CONTINUIDADE**

Objetivo: Este Procedimento orienta a equipe técnica da AGRESPI na execução das atividades de Análise e Acompanhamento do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela concessionária Equatorial Piauí em relação à Continuidade do Fornecimento de Energia Elétrica, em perfeita consonância com as diretrizes do PROFISC.

Fase: Em desenvolvimento.

- **POP 04: PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE LIGAÇÃO COM OBRA**

Objetivo: Este Procedimento orienta a equipe técnica na execução das atividades de Análise e Acompanhamento da prestação dos serviços de ligação nova e aumento de carga com necessidade de obra, em conformidade com o PROFISC.

Fase: Em desenvolvimento.

- **POP 05: PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA**

Objetivo: Este Procedimento orienta a equipe técnica da AGRESPI na execução das atividades de Análise e Acompanhamento do serviço de distribuição de energia elétrica prestado pela Equatorial Piauí em relação ao atendimento às solicitações de acesso à micro e minigeração distribuída, em conformidade com o PROFISC.

Fase: Em desenvolvimento.

8. ENTREGAS E PRODUÇÕES TÉCNICAS

PRODUÇÕES TÉCNICAS 3º TRI 2026

CONSOLIDAÇÃO DOS PRODUTOS – CONTRATOS DE METAS SFT/ANEEL

Durante o trimestre, **foram realizadas ações de fiscalização e acompanhamento regulatório, consideradas como produtos de entrega**, destacando-se o atendimento a **8 (oito) demandas encaminhadas pelo Ministério Público**, mediante análise e elaboração das respectivas respostas técnicas. As respostas referente às demandas do MP tiveram como finalidade subsidiar a análise dos casos e a tomada de decisões, fornecendo as informações técnicas e regulatórias que contribuem para a compreensão das situações apresentadas e para a definição dos encaminhamentos cabíveis.

Adicionalmente, houve o início do processo de fiscalização de nível de tensão, destinadas à verificação da qualidade e conformidade do fornecimento de energia elétrica. Ressalta-se a importância da realização de **ações de fiscalização voltadas à avaliação da qualidade do fornecimento de energia elétrica**, mediante verificação dos níveis de tensão disponibilizados aos consumidores. **As fiscalizações permitem o acompanhamento das condições de fornecimento, a identificação de possíveis não conformidades** e o levantamento de informações para subsidiar as providências regulatórias pertinentes, contribuindo para o **aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pela distribuidora**.

CONSOLIDAÇÃO DOS PRODUTOS – CONTRATOS DE METAS SMA/ANEEL

No terceiro trimestre, foram desenvolvidas **ações de acompanhamento, articulação institucional e atendimento às demandas relacionadas à energia**. **Foram realizadas reuniões com diferentes instituições e agentes do setor**, incluindo encontros mensais com a concessionária de energia elétrica, Equatorial Piauí e reuniões com a Agência Nacional de Energia Elétrica. As agendas tiveram como finalidade o acompanhamento das demandas em andamento, alinhamento de procedimentos e busca de soluções para questões relacionadas à prestação dos serviços regulados.

Também foram realizadas **atividades relacionadas ao tratamento das reclamações recebidas pela AGRESPI, envolvendo o recebimento, análise e acompanhamento das demandas** relativas à energia. Essas ações permitiram identificar questões recorrentes referente à prestação dos serviços, encaminhar as demandas aos responsáveis corretos, contribuindo para a melhoria do atendimento ao consumidor.

8. ENTREGAS E PRODUÇÕES TÉCNICAS

PRODUÇÕES TÉCNICAS 3ºTRI 2026

ANÁLISE DA TOMADA DE SUBSÍDIOS ANM Nº 04/2026 – SANDBOX REGULATÓRIO NO SETOR MINERAL

Foi realizada análise da **Tomada de Subsídios ANM nº 04/2026**, referente à proposta de implementação de **Sandbox Regulatório no Setor Mineral**, instrumento destinado a possibilitar a realização de testes controlados de novas soluções, procedimentos e modelos regulatórios, permitindo avaliar seus resultados antes de uma eventual aplicação em maior escala. A análise teve como objetivo **compreender a proposta apresentada pela Agência Nacional de Mineração (ANM)**, seus possíveis impactos sobre a regulação e fiscalização do setor mineral e as oportunidades de aprimoramento dos processos regulatórios.



9. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

O terceiro trimestre de 2026 consolidou uma atuação técnica e integrada da Diretoria de Energia, Comunicação e Gás Canalizado, com avanços simultâneos nas quatro frentes de trabalho — energia elétrica, telecomunicações, gás canalizado e mineração. As atividades desenvolvidas evidenciam o esforço contínuo da equipe em estruturar uma atuação cada vez mais abrangente e alinhada às atribuições institucionais da Agência, com produção expressiva de subsídios técnicos, ações de fiscalização, capacitações e articulações interinstitucionais.

No eixo da energia elétrica, as ações de fiscalização tiveram como foco o acompanhamento das obras de expansão e melhoria em seis subestações, cinco localizadas em Teresina e uma em Uruçuí. Esses empreendimentos buscam aprimorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica e dar suporte ao desenvolvimento econômico do Piauí. No mesmo período, foram produzidos dois relatórios de fiscalização da Equatorial Piauí, um dedicado às obras em atraso e outro à análise da tensão de fornecimento, cujo resultado foi de não conformidade.

No eixo de gás canalizado, foi elaborado estudo de mercado do Piauí, analisando a infraestrutura de distribuição, a competitividade regional e o potencial estratégico. No eixo de mineração, foi feita visita técnica a mineradora de minério de ferro e estudos voltados ao setor mineral piauiense. O avanço do Acordo de Cooperação Técnica com a ANM permanece como condição estrutural para a execução das ações de fiscalização da lavra nos próximos ciclos.

As entregas consolidadas no período demonstram não apenas a diversidade dos temas tratados, mas também a relevância do conhecimento técnico produzido para o acompanhamento qualificado dos serviços públicos regulados. A Diretoria seguirá empenhada no aprimoramento contínuo de sua atuação, buscando fortalecer os instrumentos de fiscalização, ampliar a produção de subsídios técnicos e aperfeiçoar o acompanhamento dos setores sob sua competência, em consonância com os objetivos institucionais da Agência e com o interesse público.





AGRESPI

Agência de Regulação dos
Serviços Públicos Delegados do Piauí



@agrespi piaui



LinkedIn/AGRESPI



<https://www.youtube.com/@agrespi>



<https://portal.pi.gov.br/agrespi/>



Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Piauí -
Rua Jaicós, 1435 - Ilhotas - CEP: 64.014-060 - Teresina/PI
Whatsapp: 86 99520-4096 - ouvidoria@agrespi.pi.gov.br